

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THAÍS MAGRINI SCHIAVON

**PRIMEIRO ENSAIO: PGI-5003 – TEORIA E PRÁTICA DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

SÃO PAULO

2020

PRIMEIRO ENSAIO: PGI-5003 – TEORIA E PRÁTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O referido ensaio tem como escopo apresentar uma síntese das ponderações feitas pelos Professores e Convidados nas aulas ocorridas entre o período de 20/08/2020 a 08/10/2020 na disciplina de Teoria e Prática das Relações Internacionais ofertada pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP), acrescida de breve comentário crítico acerca dos temas discutidos.

1 AULA 20/08/2020: APRESENTAÇÃO

A aula foi conduzida pelos Profs. Drs. Pedro Dallari e Jacques Marcovith, titulares da disciplina, donde introduziram os alunos ao ementário da disciplina, tecendo comentários, além do formato das aulas e das avaliações no meio digital, acerca de o porquê de ter sido escolhido como temática central as “Relações Internacionais na construção da nova era” para guiar as discussões e reflexões propostas para este semestre.

A eleição do tema pelos Professores não poderia ter sido mais adequada à realidade que estamos enfrentando com a pandemia do Coronavírus, pois ela possibilitou que viessem à tona diversas questões que provavelmente não teriam enfoque não fosse por ela, tais como a precariedade do sistema sanitário no país e a extrema dependência logística e econômica das indústrias de todas as partes do mundo à cadeia produtiva criada pela China.

Afora isso, internamente também expôs a falta de conjugação dos estados da Federação para a organização de um plano de ação uníssono e coordenado para o enfrentamento da pandemia, o que demonstra a fragilidade da estrutura federativa da maneira como conhecemos, pois os planos do Estado têm sido esquecidos e engavetados para emergir os planos de Governo, que em muitas situações se olvida do bem-estar da nação em virtude de rixas políticas.

Não bastasse isso, no âmbito global a pandemia deixou ainda mais evidente a urgente necessidade de que os países se reúnam em torno da proteção ao meio ambiente e que as empresas assumam o compromisso de produção sustentável e economia verde, especialmente as multinacionais cuja capilaridade e influência no âmbito internacional é indiscutível (apenas de não serem consideradas sujeitos de Direito Internacional), para que se resguarde os (escassos e findáveis) recursos naturais e, assim, se garanta o equilíbrio ambiental e a manutenção de uma vida digna aos (atuais e futuros) habitantes do planeta.

2 AULA 27/08/2020: NOVO NORMAL OU NOVA ERA FRENTE AS CRISES DE 2020

A segunda aula da disciplina foi conduzida pelo Prof. Dr. Jacques Marcovith, que expôs que a pandemia do Coronavírus acarretou um marco que transformou as estruturas até então conhecidas para eclodir uma fase global desconhecida, em especial por decorrência da imprevisibilidade da total migração para o digital, que pode ser interpretada como novo normal, acelerador de tendências ou uma nova era.

Considerando isso, o Professor diferenciou os conceitos de tendência, ruptura, risco, custo da inação (ou seja, com o atraso da tomada de atitudes, vez que era previsto que uma pandemia como esta ocorreria em 2014/2015), processo e governança (com o retorno dos Códigos de Ética e da valorização do agir consciente e eticamente, já que os valores imbuídos no exercício do poder serão importantíssimos para alcançar os resultados almejados).

Quanto a estes pontos, tendo a crer que a humanidade entrou para uma nova era, social e ambientalmente mais consciente e exigente, ao mesmo tempo que mais interconectada do que nunca antes esteve e digitalmente dependente. Ainda que estejamos em um processo de reconstrução desta nova identidades global, pode-se observar também que passou-se a perceber o quanto as pessoas dependem uma das outras e o quanto a atitude errônea de uma (por exemplo, uma queimada criminoso), pode impactar de maneira estrondosa, positiva ou negativamente, na vida das outras, independente se *offline* ou *online*.

Na continuidade, partindo das premissas acima, o Professor apontou, por meio da correlação da história com museus, cinco dimensões para que possamos entender o Brasil e a América Latina: i) demografia (estatísticas populacionais); ii) geografia (proximidade geográfica não é refletidas nas interações); iii) tecnologia (revoluções digital, mecânica e biológica e o paradoxo aproximação-distância); iv) ecologia (assunção de compromissos internacionais pelo Brasil e falta de engajamento para efetivá-los), e v) economia (mudança da ordem econômica com a ascensão da China e quais as iniciativas que levarão o Brasil à era digital).

Durante a exposição destas questões, passei a refletir o quanto nós temos um preconceito imbuído com relação aos nossos vizinhos geográficos e quanto deles nos distanciamos, ao revés de nos unirmos em torno dos mesmos objetivos e passarmos a estruturar ações conjuntas que podem beneficiar toda a rede que está em nosso entorno: meio ambiente, indústrias, negócios, desenvolvimento de pesquisa, ciência e tecnologia, políticas públicas para regiões de fronteira, entre outras áreas essenciais ao progresso de todos os países e à diminuição das desigualdades existentes nestas sociedades.

3 AULA 03/09/2020: MECANISMOS INSTITUCIONAIS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E AS CRISES DE 2020

O tema central da exposição desta aula, trazida pelo Prof. Dr. Pedro Dallari, gira em torno de entender os atores responsáveis pela transformação que irá ocorrer no pós-pandemia, notadamente: i) Estado; ii) Organizações Internacionais; iii) Ser Humano; iv e v) empresas multinacionais e ONGs (Organizações Não-Governamentais).

Com relação ao primeiro, o Professor fez uma diferenciação a respeito do surgimento do Estado enquanto país e do estado Federativo como autônomo, porém dependente e não-soberano, além de ter exposto os seus elementos constitutivos (soberania, território e povo) e a importância do Direito Internacional na uniformização de condutas no âmbito internacional em decorrência da inter-relação entre os Estados advinda com a abstração da separação soberana dos Estados pós desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Na sequência, fez um breve histórico do surgimento das organizações internacionais com a criação da Sociedade das Nações em 1916 em Genebra, Suíça, apontando que seu objetivo precípua é monitorar e criar novas regras de aplicação internacional, tal como vislumbrado com a atuação da OMS durante a pandemia do Coronavírus.

Por fim, indicou que o ser humano é o fundamento e a referência do direito internacional, já que problemas globais demandam soluções globais, afora de ter apontado as empresas internacionais e as ONGs internacionais como agentes transformadores que, embora tenham esse cunho transnacionais, permanecem vinculadas às leis dos Estados, já que apesar de serem atores das Relações Internacionais, não são considerados sujeitos de Direito Internacional.

Notadamente, a pandemia asseverou que é urgente que haja uma transformação na cultura diplomática adotada por todos estes atores de prevalência da soberania em detrimento dos interesses comuns à humanidade, para que passem a adotar políticas que sejam globalmente conscientes e sustentáveis, pois ficou evidente que são interdependentes em diversas áreas, ainda que de forma indireta, tal como com a necessidade de serem compartilhadas informações rápidas e precisas sobre eventuais questões virais que poderão atingir patamares mundiais, assim como quanto a colaboração nas pesquisas para o desenvolvimento de uma vacina que imunize a população, evitando mortes e mais tragédia.

Neste âmbito, também deve ser levado em consideração o papel primordial que as próprias empresas internacionais e ONGs exercerão daqui em diante na integração destas informações e na construção de pontes com o setor público para construção desta nova era

social e ambientalmente consciente e responsável.

4 AULA 10/09/2020: GOVERNANÇA INTERNACIONAL FRENTE ÀS CRISES DE 2020: DESAFIOS E AÇÕES

A exposição do dia foi designada ao Dr. Luis Enrique García Rodríguez, ex-Presidente do CAF (Banco de Desenvolvimento para América Latina), partindo da análise histórica econômica mundial para traçar que ao longo dos anos as desigualdades dos países ficou mais evidente, de modo que urge a necessidade de cuidarmos do meio ambiente e forcarmos na construção de uma economia circular.

Quanto a isso, critica a integração regional na América Latina por vislumbrar que as tentativas (Pacto Andino, MERCOSUL, por exemplo) acabaram por incorrer uma fragmentação complexa que transformou as pautas em parcelas ideológicas que em nada acrescentam para o desenvolvimento da região e para a diminuição das desigualdades.

Para inverter esta lógica, o Dr. García sugere que precisamos reconstruir a América Latina com uma visão integrada entre equilíbrios macroeconômicos e fatores eficiência-productividade-tecnologia, assunção de um padrão de crescimento econômico mais equitativo, com maiores salários e participações; e, por fim, a busca pela sustentabilidade ambiental.

Pondera, ainda, que na América Latina precisamos investir na atração de investimento estrangeiro direto de qualidade que participe diretamente da construção deste novo cenário, evolução do mercado de capitais, alteração dos critérios adotados nos bancos internacionais para concessão de financiamento para países do continente, e o redesenho da educação e dos profissionais técnicos para que estejam alinhados à Revolução 4.0.

Para tanto, o Professor indicou a necessidade de fortalecer os mecanismos de integração regional para o crescimento da região de forma homogênea, ao que destacou, em resposta à pergunta formulada em aula, o papel das regiões fronteiriças.

Ora, enquanto natural de Foz do Iguaçu/PR me parece evidente que a integração do país com os demais vizinhos da América Latina deve se dar a partir das áreas de fronteira, pois é onde está a máxima representação da dependência econômica e social entre os países e onde é possível observar quais áreas os dois Estados podem desenvolver em conjunto, e que efetivamente podem trazer progresso para ambos e diminuição das desigualdades.

Além disso, por compartilharem mesmo espaço territorial, as ações e projetos em prol da proteção do meio ambiente também podem e devem ser articuladas em conjunto, para alinhar as estratégias e trazer benefício para toda a população que dele se serve.

5 AULA 17/09/2020: SERGIO VIEIRA DE MELLO: PENSAMENTO E MEMÓRIA

A aula teve como ponto central discutir o legado deixado pelo diplomata brasileiro Sergio Vieira de Mello, o qual demonstrou nas missões que participou a indivisibilidade de três valores que lhe eram fundamentais: i) ausência de medo; ii) busca pela erradicação da miséria e iii) preservação da dignidade dos povos. Tanto é assim, que em seu túmulo está registrada a frase “Não tenha medo”.

Associa-se à isso outras características do diplomata, quais sejam, o pragmatismo, o foco em resultados, a eficácia nas ações adotadas e alto nível de governança nos projetos em que era envolvido, tendo lutado com vigor contra preconceitos e aplicado técnicas de comunicação não-violenta para se aproximar dos líderes dos rebeldes para subverter a lógica de atuação.

Durante a aula assistimos ao documentário “A Caminho de Bagdá”, donde se apresenta a trajetória de Sergio e suas passagens pelo Timor Leste e pelo Iraque, culminando na sua morte, sobre a qual até hoje é contestada porque não houve uma missão precursora de paz da ONU antes da chegada da equipe de Sergio, bem como porque a ONU não tinha preparação para aquela tipo de situação – após isso, nenhuma outra missão de paz foi como as que Sergio conduziu.

Dentre a caminhada do Sergio, o que mais salta aos olhos é a capacidade que ele tinha de separar as questões políticas extremamente delicadas nas missões em que tinha como propósito trazer a paz e reconstruir a democracia e se focar essencialmente no bem-estar da população e do que lhes era de seu próprio interesse para conduzir as suas ações.

De todas as passagens contidas dos textos e documentário de apoio, é nítido observar que ao chegar em um novo ambiente, ao invés de tentar impor alguma mudança com base nas informações e interpretações advindas de relatórios e noticiários, ele buscava colher as suas próprias a partir do diálogo com cada frente do conflito para entender a conjuntura da situação e assim traçar um plano estratégico que assegurasse a democracia, respeitando os anseios de ambos lados.

O indiscutível respeito à cultura e às especificidades locais na condução de seu trabalho tornaram Sergio um verdadeiro missionário da paz.

6 AULA 24/09/2020: AS ECONOMIAS EMERGENTES FRENTE ÀS CRISES DE 2020: LIÇÕES E PERSPECTIVAS

Neste dia, a aula ficou a cargo do Prof. Dr. Carlos Lopes, ex-Secretário Executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África, quem, com propriedade de causa, explicou sobre a realidade normalmente desconhecida e ignorada do continente africano, que muitas vezes é erroneamente associada à extrema pobreza e à miséria humana, tendo trazido informações valiosas a respeito do desenvolvimento que o continente vem tendo ao longo dos anos e dos progressos havidos inclusive na área tecnológica, ao que se destaca a iniciativa do Togo para o pagamento automático do benefício social durante a pandemia após breve cadastro de informações por aplicativo de celular.

Pontuou que o atual sistema internacional da ONU não reflete mais a realidade completamente interconectada que se apresenta no mundo, já que reparte e segmenta as frentes de trabalho em áreas muito específicas, o que impede o diálogo entre elas e o desenvolvimento de projetos que sejam eficazes por atender as várias frentes que dele se correlacionam.

Outra crítica suscitada pelo Professor foi que os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao contrário dos Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (ODM), foram desenhados sem levar em consideração as diferenças existentes entre os Estados, razão pela qual se tornaram uma pauta política cujas metas não podem ser consideradas tangíveis e alcançáveis pela grande maioria dos países.

Neste sentido, rememorou que acordos internacionais em prol da sustentabilidade, como o Acordo de Paris, ainda que sejam necessários, não são consideradas obrigações, senão compromissos voluntários que vão contra o atual modelo econômico de fomento ao consumo, motivo pelo qual seu cumprimento acaba restando prejudicado. Apontou, nesta toada, que os países pobres são os menos consomem, mas os que mais sofrem com as alterações climáticas.

Afora isso, mencionou que o conceito de manutenção de paz evoluiu para tratar do desenvolvimento dos países, tendo feito uma breve releitura do Contrato Social de Rousseau sob o espectro da nova realidade, em que a sociedade passa a ser o agente transformador.

Por fim, quanto a nova realidade, aponta que o multilateralismo também será renovado para passar a adotar uma abordagem integrada com a adoção de políticas globais, ao mesmo tempo em que o conceito de soberania está sendo questionado com o fortalecimento das multinacionais e o surgimento dos telemigrantes.

As indagações trazidas pelo Professor reforçam a tendência que tem sido observada ao longo da disciplina sob diferentes óticas distintas: não há mais como ignorar a necessidade de

os Estados se unirem em torno da resolução dos problemas ambientais, sociais, governamentais, de segurança, sanitários e econômicos que tendem a atingir cada vez mais um nível global.

No entanto, para que se tenha a assunção de resultados práticos e efetivos em prol da humanidade como um todo, é importante que os Governos se despidam de suas ideologias políticas quando estiverem em ambiente internacional e passem a tratar e a agir neste âmbito pensando como Estado-nação, agente responsável pelas ações que tomar frente ao mundo e às atuais e futuras gerações.

Não basta que documentos sejam escritos, mas que eles sejam tirados do papel e que todos em torno da mesa sejam respeitados e tratados com igual importância, independentemente de poderio bélico ou econômico, pois o resultado das metas traçadas nestas rodadas de negociação são as que irão impactar diretamente no bem-estar de toda a humanidade, ainda que em médio ou longo prazo, como no caso do Acordo de Paris.

7 AULA 01/10/2020: JORNALISMO E MÍDIAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA NOVA ERA

A classe ficou a cargo do Prof. Dr. Carlos Eduardo Lins da Silva, quem tratou de falar a respeito do jornalismo na nova era e a influência das mídias sociais no desenvolvimento da sociedade e na construção de percepção da democracia e de demais institutos por meio destes novos meios eletrônicos.

Dentre suas ponderações, destaca-se a que o Professor fez sobre o papel do jornalismo de massa, que surgiu com a Revolução Industrial, donde se permitiu a impressão de cópias em larga escala a baixo custo, na concepção do livre mercado, já que eles se tornaram um veículo de propaganda da época e abriram nova frente de transformação social ao estimular o consumo.

Neste sentido, os próprios jornais que formataram essa ideologia do livre mercado, porque, para que pudessem ser útil para grande maioria da população, os jornais procuraram a neutralidade e a imparcialidade na redação das matérias com vistas a alcançar um maior número de pessoas, conseguir mais anunciantes, aumentar a tiragem diária e, assim, vender mais.

Essa observação histórica, contudo, não fora traçada com sentido pejorativo, tanto que o Professor apontou que é mais benéfico à democracia que o jornalismo seja neutro, porquanto não haveria interferência de governo ou partido político em suas reportagens, garantindo, assim, que as pessoas cheguem às conclusões que lhe cabem de acordo com sua própria interpretação sobre a informação que fora propagada através daquele veículo.

Deste modo, após a magistral aula do Professor, restou ainda mais evidente o papel

essencial que o jornalismo tem na sociedade e os motivos pelos quais a sociedade deve lutar para que ele não sofra interferências do governo e de partidos políticos, bem como que devemos agir, enquanto consumidores da informação, como fiscais no combate a propagação de notícias falsas ou distorcidas do seu tempo.

Assim, devemos ser críticos com relação ao que consumimos para poder questionar e cobrar que seja mantida pelos próprios jornais uma atividade neutra e verdadeiramente informativa, que assegurará que tenhamos elementos suficientes para chegar às conclusões que irão guiar nossa atitude cidadã rumo à luta pela manutenção das estruturas democráticas.

8 AULA 08/10/2020: PROTAGONISMO DA CIÊNCIA & TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA NOVA ERA

A última aula que tivemos a oportunidade de participar no primeiro bimestre da disciplina fora conduzida pelo Prof. Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz, donde tratou de explicar que o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação é essencial para que tenhamos um bem-estar geral da população, pois possibilita a criação de facilidades, invenções e soluções úteis e essenciais para a manutenção de nossa vida.

Ressalta que, apesar de não se ter conhecimento sobre isso, no Brasil o avanço nesta área é considerado significativo, tanto que há muitas empresas de tecnologia e inovação que trouxeram disrupção e benefícios em alguma área para a sociedade e que foram criados por brasileiros, tanto em solo nacional quanto no exterior, gerando impactos em ordem social, econômica e intelectual/científica, ao que destacou a descoberta da cana de açúcar para geração de energia.

Ainda sobre energia, o Professor bem explicou que o Brasil é um país considerado autossuficiente energeticamente, sendo um dos cinco únicos países da OCDE e do BRICS que utiliza mais de 40% de energia proveniente de fontes renováveis, ao que se enfatiza o uso do etanol e das hidrelétricas. Esse marco apenas foi possível graças ao trabalho de pesquisadores e cientistas em torno do tema.

Em sua exposição, em linhas gerais, o Professor defendeu que é urgente a necessidade de que haja o estímulo a criação de equipes de pesquisa e desenvolvimento dentro das empresas para que desenvolvam projetos, em conjunto ou separadamente, com as universidades, pois isso resultará em pessoas mais bem preparadas tecnicamente para fazer as empresas funcionar, fomentará o surgimento de novos negócios (*startups*) e trará mais avanços ao Brasil.

Para que tudo isso seja possível, acrescentaria às pontuações trazidas pelo nobre

Professor, é necessário que haja um estímulo à pesquisa desde a educação básica, com o fomento de atividades que despertem a curiosidade e criatividade dos alunos, para que entendam que podem ir além e questionar o que já está posto.

Paralelamente, entendo haver uma insuficiência de apoio legislativo e financeiro para que as empresas assumam esse compromisso com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil, justamente porque não há nenhum incentivo (especialmente fiscal) para que se possa produzir este conhecimento sem que se dispenda valores expressivos e, querendo ou não, a grande maioria das empresas brasileiras sequer tem caixa para passar um mês sequer sem faturamento – como ficou evidente com a pandemia.

Ou seja, ainda falta uma conjuntura de fatores, afora às questões de burocratização excessiva para o registro de patentes e inovações junto ao INPI, que impedem que este movimento aconteça em um curto espaço de tempo, mas que poderiam ser solucionadas satisfatoriamente com simples ações legislativas (e/ou apoio popular).